



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

23 de março de 2018

- SÃO LUÍS – Captura de um dos envolvidos no assassinato do analista ministerial André Fontoura
- ZÉ DOCA – Condenação do ex-prefeito Marlon de Jesus Arouche Serrão, em função de irregularidades em conta bancária da prefeitura
- SÃO VICENTE FÉRRER – Bloqueio de 60% de recursos do Município em função de atraso no pagamento de salários de servidores
- Condenação dos ex-prefeitos de Serrano do Maranhão (Uanis Rocha Rodrigues) e Zé Doca (Marlon de Jesus Arouche Serrão) em função de manifestações do MPF e do MPMA.
- SATUBINHA – ACP requerendo condenação da prefeita Dulce Maciel e o do vice-prefeito Antônio Evangelista, por uso de bens públicos em campanha eleitoral
- SÃO LUÍS – Votação de PEC que limita ação do TCE
- SÃO LUÍS - Crescimento de número de atendimentos na Casa da Mulher Brasileira
- Denúncia sobre violência e falta de acesso a recursos naturais por quebradeiras de coco
- Maranhão tem o menor índice de homicídios do Brasil
- CASO DÉCIO SÁ - Reabertura do inquérito do caso
- CASO DO “BEBÊ DA PONTE” / SÃO LUÍS – Preocupação da família de Karla Regina Pereira com a situação dela
- CASO GIRLENE ARAÚJO – Falta de arrependimento do assassino
- Polícia

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros
DATA 23 / 03 / 2018 PÁG. 03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

PEC que limita poderes do TCE-MA será votada na semana que vem

Proposta foi criada após polêmica gerada por instrução normativa do tribunal que tentou proibir festas carnavalescas em municípios com atraso de salários

GILBERTO LEDA
Da redação de Política

A instrução normativa do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) que proibia gastos públicos com as festividades em municípios com salários de servidores em atraso - medida que gerou forte debate durante o Carnaval deste ano - deve voltar a ser discutida na Assembleia Legislativa nos próximos dias.

Voltou a tramitar na casa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 2/2018, do deputado estadual Jânio Verde (PRB), que revoga a instrução e cria limites para a atuação da Corte de Contas no caso da edição de normas que tenham força de lei.

A matéria estava pautada para ser discutida e votada já na sessão de ontem, última desta semana. Mas o prolongamento da sessão em virtude da discussão do projeto de lei do Estado da Polícia Civil - e a necessidade de realização de uma sessão solene em homenagem a policiais militares - acabou provocando o adiamento. O caso deve ser novamente pautado na segunda-feira, 26.

Pela instrução do TCE, são consideradas ilegítimas para os fins do artigo 70 da Constituição Federal quaisquer despesas custeadas com recursos públicos municipais - inclusive aqueles decorrentes de contrapartida em convênio - com eventos festivos quando o município estiver em atraso com o pagamento da folha salarial (incluindo terceirizados, temporários e comissionados) ou em estado de emergência ou de calamidade pública decretado.

Carnaval

Autor da proposta, Verde garante que o objetivo não é tolher a atuação dos conselheiros do TCE, mas estabelecer regras claras. "Não se pode mu-



Othelino Neto conversa com o presidente do TCE, Caldas Furtado, na época da polêmica carnavalesca

INTERVENÇÃO NO RIO

Assembleia teve que aguardar parecer

A PEC 02/2018 teve a tramitação suspensa por algumas semanas depois que se começou a discutir se mudanças às constituições também deveriam ser barradas nos estados

enquanto durar a intervenção federal no Rio de Janeiro. A assembleia acabou entendendo que não há essa necessidade e, nesta semana, até já aprovou uma PEC em plenário.

dar a regra com o jogo em andamento", disse ele, ao citar o caso do Carnaval deste ano, quando várias prefeituras já estavam com a programação ajustada e com fornecedores contratados.

Para o parlamentar, a base da PEC é apenas a lei. "A limitação é sempre a lei. Ninguém está acima da lei. As instituições não estão. Com o devido respeito ao TCE, a nossa proposição da PEC 02/2018 é para, de

fato, definir esses parâmetros legais, levar segurança jurídica, que é fundamental na relação entre o TCE e os municípios", comentou.

Segundo ele, a partir da aprovação da PEC haverá mais segurança jurídica para futuras instruções emitidas pelo tribunal.

"Tem previsão legal? Então, a norma que vai ser estabelecida está amplamente amparada. Na forma da lei, nós estamos direcionando essas re-

soluções, essas normas, para que elas possam levar segurança jurídica e, claro, atender o que eles pretendem, que é fazer com que os prefeitos tenham uma melhor gestão. Não estamos indo além do que está prevenido a lei", destacou.

Apesar de o assunto estar praticamente pacificado no Legislativo, ainda há vozes dissonantes.

A deputada Andrea Murad (MDB), por exemplo, critica a ação do TCE tentando impedir o Carnaval em algumas cidades, mas se mostra contra a reação dos colegas parlamentares. "Entendo a preocupação dos deputados, mas, para reverter essa instrução do TCE, o melhor caminho é a Farnem entrar na Justiça para derrubar a decisão", ponderou Murad.

Outro deputado que se manifestou contrário à PEC foi Wellington do Curso. Segundo ele, se a Assembleia quer se impor contra o tribunal, que não conte com ele. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog	
EDITORIA	
() Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia	Outros
DATA	23 / 03 / 2018
PÁG.	12
() Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea () Positiva (<input checked="" type="checkbox"/> Negativa	

Caso André Fontoura Capturado último envolvido em morte de analista do Ministério Público

Crime ocorreu no mês de dezembro, do ano passado, na Avenida Jerônimo de Albuquerque

NELSON MELO

A Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) capturou, no fim da tarde dessa quinta-feira (22), Sávio Gomes Fonseca, de 22 anos, no Condomínio Vitória, no bairro da Forquilha, localizado na MA-201 (Estrada de Ribamar). Ele era o último foragido pela morte de André Arouche Fontoura, 36, analista do Ministério Público Estadual (MPE), morto em dezembro de 2017 no Bequimão, na capital maranhense. Em desfavor de Sávio, havia um mandado de prisão preventiva decretado em virtude da morte de André Fontoura, conforme o delegado Felipe Freitas, responsável pela investigação. Sávio, conforme as apurações da Polícia Civil, é considerado o "matador" da facção Bonde dos 40, sendo morador do Pão de Açúcar. Antes de participar do assassinato do analista do MPE,

ele havia matado um comerciante no município de Paço do Lumiar, mas acabou sendo solto pela Justiça em dezembro do ano passado, mesmo mês do crime contra o funcionário público.

OUTRAS PRISÕES

Outras duas pessoas que também participaram da morte de André já tinham sido capturadas em 8 de janeiro deste ano, sendo um adolescente e Gabriel Guimarães da Silva, o "Gabrielzinho".

MORTE DE ANDRÉ

No fim da manhã do dia 29 de dezembro, do ano passado, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no bairro do Bequimão, André Arouche foi morto em um latrocínio. Segundo dito pela SHPP na época, a vítima estava parada no semáforo, quando os suspeitos, em uma moto Honda Pop preta, de placa NMW-0462, também roubada, se aproximaram e anunciaram o



Sávio Gomes era o último suspeito que faltava ser preso, por envolvimento na morte de André Fontoura



FOTOS/ DIVULGAÇÃO

assalto. Contudo, o André pulou em cima de um dos assaltantes e travou uma luta corporal com ele, mas o outro, ao observar a cena, atirou na cabeça da vítima. Em seguida, os criminosos fugiram. André – que era casado e deixou duas filhas, sendo uma recém-nascida, e também professor do Instituto de Ensino Superior Franciscano (Iesf), no Conjunto do Maiobão – ainda foi levado por uma ambulância do

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) ao Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão 1), mas morreu no percurso.

Sobre os envolvidos no crime, a Polícia Militar descobriu que eles levaram três celulares e a moto Pop de uma relojoaria localizada no bairro da Cohab-Anil, momentos antes de matarem o rapaz na Avenida Jerônimo de Albuquerque.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO							
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA							
<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia	Outros			
DATA	23 / 03 / 2018	PÁG.	03	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Ex-prefeito de Zé Doca condenado por desvios

O Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA) conseguiu na Justiça a condenação do ex-prefeito de Zé Doca, Marlon de Jesus Arouche Serrão, por conta de movimentação financeira irregular em uma conta em nome da Prefeitura Municipal de Zé Doca/MA para trânsito dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento Básico e de Valorização dos profissionais - Fundeb, no ano de 2008.

Segundo o MPF, no período entre 25 e 31 de dezembro de 2008, o município de Zé Doca recebeu a quantia de R\$ 13.391.014,73 para fins do Fundeb. Entre os dias 29 e 30 de dezembro de 2008. Porém, foram feitos dois saques, no valor total de R\$ 436.000,00. Os cheques foram emitidos em nome da Prefeitura Municipal de Zé Doca e os saques, feitos em nome de Marlon de Jesus Arouche Serrão.

Diante disso, a Justiça Federal determinou a suspensão dos direitos políticos de Marlon de Jesus Arouche Serrão pelo prazo de 5 anos e ainda o proibiu de contratar com o poder público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo mesmo prazo. Além disso, deverá haver o ressarcimento integral do valor (R\$ 436.000,00) aos cofres da cidade de Zé Doca e o pagamento de multa civil no valor correspondente a 10% do prejuízo constatado à cidade. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog	
EDITORIA	
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros Estado	
DATA	23 / 03 / 2018
PÁG.	06
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa	

São Vicente Férrer Determinado bloqueio das contas do município

Atendendo pedido de medida liminar feito pelo Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em 16 de março, o bloqueio das contas do município de São Vicente Férrer.

A medida foi motivada pelo atraso dos salários dos servidores municipais. A decisão bloqueou 60% de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) por tempo limitado ao completo pagamento dos funcionários.

Em caso de desobediência, foi estabelecido o pagamento de multa diária no valor de R\$ 5 mil, até o limite máximo de R\$ 500 mil, a ser paga solidariamente entre a prefeita Conceição de Maria Pereira Castro e o Município de São Vicente Férrer.

Formulou a Ação Civil Pública a promotora de justiça Alessandra Darub Alves. Proferiu a decisão o juiz Francisco Bezerra Simões.

Pela decisão, os recursos bloqueados devem ser utilizados exclusivamente para o pagamento dos funcionários, utilizando o critério de prioridade para pagamento dos servidores efetivos (concurados ou admitidos no serviço público até 5 de outubro de 1983), entre estes os com maior número de meses em atraso. Em seguida, os servidores comissionados e contratados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	ESTADO
DATA	23 / 03 / 2018	PÁG. 06	() Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

Dois ex-prefeitos são condenados após ações propostas pelo MPE e MPF/MA

Após ações civis públicas propostas pelo Ministério Público Estadual (MPE) e pelo Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA), dois ex-prefeitos maranhenses foram condenados por improbidade administrativa. Os ex-gestores condenados foram o de Serrano do Maranhão, Uanis Rocha Rodrigues; e o de Zé Doca, Marlon de Jesus Arouche Serrão.

SERRANO DO MARANHÃO

O juiz Douglas Lima da Guia, titular da Comarca de Cururupu, proferiu sentença na qual condena Uanis Rocha Rodrigues, ex-prefeito do município de Serrano do Maranhão, às penalidades de perda de função pública (caso esteja exercendo alguma); suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos; multa civil no valor correspondente a dez vezes a remuneração mensal quando ele exercia o cargo de prefeito de Serrano do Maranhão; Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que seja por intermédio de pessoa jurídica da qual

seja sócio majoritário, pelo período de cinco anos.

De acordo com a sentença proferida em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual (MPMA), Uanis Rodrigues praticou atos de improbidade administrativa quando era prefeito do município de Serrano do Maranhão, em 2013. As condutas do ex-prefeito foram enquadradas nos artigos 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa, por ter deixado de dar iniciativa ao processo legislativo municipal para adequar o funcionamento do Conselho Tutelar de Serrano do Maranhão à Lei 12.696/2012 - que modificou a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando a disciplina dada aos Conselhos Tutelares -, omissão essa que teria causado dano ao erário.

ZÉ DOCA

O Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA) conseguiu na Justiça a condenação do ex-prefeito de Zé Doca, Marlon de Jesus Arouche Serrão, por conta de movimentação financeira irregular em uma conta em nome

da Prefeitura Municipal de Zé Doca/MA para trânsito dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento Básico e de Valorização dos profissionais - Fundeb, no ano de 2008. Segundo o MPF, no período entre 25 e 31 de dezembro de 2008, o município de Zé Doca recebeu a quantia de R\$ 13.391.014,73 para fins do Fundeb. Entre os dias 29 e 30 de dezembro de 2008, porém, foram feitos dois saques, no valor total de R\$ 436.000,00. Os cheques foram emitidos em nome da Prefeitura Municipal de Zé Doca e os saques foram feitos em nome de Marlon de Jesus Arouche Serrão. Diante disso, a Justiça Federal determinou a suspensão dos direitos políticos de Marlon de Jesus Arouche Serrão pelo prazo de 5 anos e ainda o proibiu de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo mesmo prazo. Além disso, deverá haver o ressarcimento integral do valor (R\$ 436.000,00) aos cofres da cidade de Zé Doca e o pagamento de multa civil no valor correspondente a 10% do prejuízo constatado à cidade de Zé Doca.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	Estado	
DATA	23 / 03 / 2018	PÁG.	06	(<input checked="" type="checkbox"/>) Gerada () Espontânea (<input checked="" type="checkbox"/>) Positiva () Negativa

Satubinha MPMA solicita condenação da prefeita e do vice por ato de improbidade administrativa

DIVULGAÇÃO

Por terem utilizado bens móveis públicos pertencentes ao patrimônio municipal durante o período eleitoral de 2016, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou, em 20 de março, Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra a prefeita do município de Satubinha, Dulce Maciel Pinto da Cunha, e o vice-prefeito Antônio Evangelista de Oliveira da Silva. A manifestação ministerial foi assinada pelo promotor de justiça Thiago Lima Aguiar, da Comarca de Pio XII, da qual Satubinha é termo judiciário.

Consta nos autos que os dois gestores utilizaram uma mesa de MDF, várias mesas plásticas, 14 cadeiras e um equipamento de som pertencentes ao Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Satubinha, na sede da coligação "Unidos Continuaremos o Progresso", à qual pertenciam.

Pelo mesmo motivo, Dulce Maciel Pinto da Cunha e Antônio Evangelista de Oliveira da Silva já foram condenados por abuso de poder político em sentença referente à ação eleitoral, sendo submetidos à sanção de inelegibilidade para as eleições que se realizarem nos oito anos seguintes. Os requeridos ainda tiveram os registros de candidatura cassados e foram



A prefeita Dulce Maciel e o vice-prefeito, Antônio Evangelista, são alvo de ação do MPE

condenados ao pagamento de multa.

Na ACP por improbidade administrativa, o promotor de justiça pede a condenação dos gestores às sanções previstas no artigo 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa): ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração recebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política (X) Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 23 / 03 / 2018 PÁG. 01 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Números só crescem

Casa da Mulher Brasileira registra crescimento de atendimentos na rede de serviços para a mulher vítima de violência desde que a Delegacia Especializada da Mulher passou a funcionar 24 horas

PATRICIA CUNHA

FOTOS: SECOM

Porém, pelo menos 1.500 pessoas passam por mês pela Casa da Mulher Brasileira de São Luís em busca de atendimento. A Delegacia Especial da Mulher, que funciona 24 horas dentro da Casa, contabilizou somente neste mês de março, até o dia 20, segundo estatísticas, 1.086 procedimentos, sendo os mais frequentes Boletim de Ocorrência (423) e pedido de Medidas Protetivas de Urgência (24). Em outubro, quando começou a funcionar, foram 249 procedimentos, 56 boletins de ocorrência e seis medidas protetivas de urgência.

Segundo a diretora-geral da unidade, Susan Lucena, comparativamente aos anos de 2016 e 2017, esse número de atendimento dobrou, muito em função das campanhas que têm sido feitas e do papel da imprensa em disseminar as informações e políticas protetivas para a mulher.

Quando do funcionamento do órgão, a delegada da Mulher, Wanda Moura, disse que era um mecanismo que facilitava a vida da mulher vítima de violência, uma vez que ela não precisaria ter que ir a vários órgãos. "Nesse ambiente disponibilizamos de diversos atendimentos para as vítimas. Hoje aqui possui o setor de transporte, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública para melhor auxiliar e atender essas mulheres vítimas de violência, sem precisar ficar peregrinando de um lugar para outro".

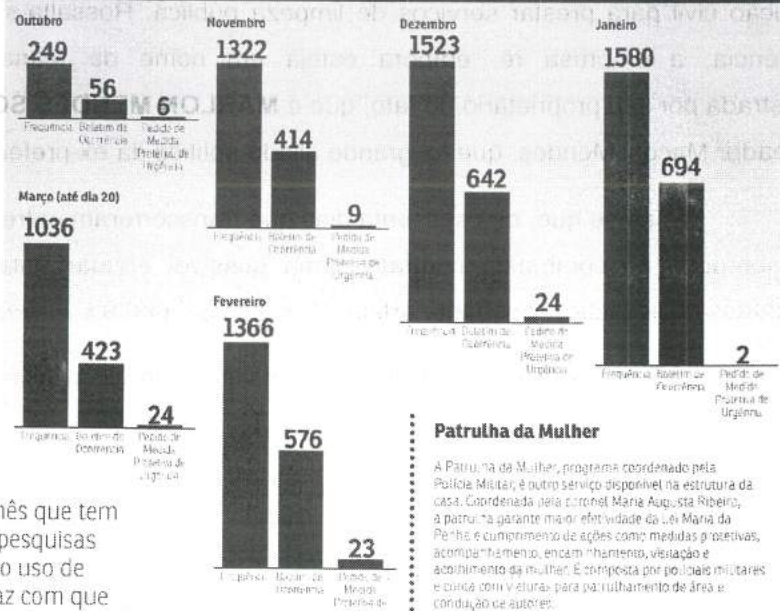


Dezembro é um mês que tem muito feriado. As pesquisas demonstram que o uso de álcool e drogas faz com que aumente o número de casos de violências contra a mulher, e é um mês de muitas festividades que acaba tendo essa grande incidência

Susan Lucena,
diretora-geral da Unidade



REGISTROS



Patrulha da Mulher

A Patrulha da Mulher, programa coordenado pela Polícia Militar, é outro serviço disponível na estrutura da Casa. Coordenada pela coronel Maria Augusta Ribeiro, a patrulha garante maior efetividade da Lei Maria da Penha e cumprimento de ações como medidas protetivas, acompanhamento, encaminhamentos, visitação e acolhimento da mulher. É composta por policiais militares e atua com vistoria para patrulhamento de área e condutão de autores.

De outubro até meados deste mês os números só tem aumentado. No mês de dezembro, especificamente, foram 24 pedidos de medidas protetivas, sendo que no mês anterior foram nove. "É um mês que tem muito feriado. As pesquisas demonstram que o uso de álcool e drogas fazem que aumente o número de casos de violências

contra a mulher, e é um mês de muitas festividades que acaba tendo essa grande incidência", diz Susan Lucena. De acordo com a diretora, depois da campanha do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, a procura pelos serviços da Casa foi bastante expressiva. "O sábado, domingo e segunda-feira, após o 8 de março,

teve um aumento inesperado de mulheres procurando atendimento na Casa. Isso muito em função da divulgação tanto do espaço, como do serviço, mas também pela imprensa que contribuiu muito porque essa pauta ficou em todos os veículos de comunicação, e isso fez com que mais mulheres tivessem acesso", pontua Susan Lucena

Plantão Especial

Segundo a Casa da Mulher Brasileira, a maior parte dos casos ocorre aos fins de semana, principalmente aos domingos, sendo os autores, geralmente, homens próximos à mulher – pai, tio, irmão e companheiros ou ex-companheiros. O plantão funciona, todos os dias, 24 horas, em apoio à DCM, e envolve cerca de 40 profissionais. Em 2016, foram contabilizados 161 pedidos em flagrante. Em 2017, especialmente devido ao funcionamento do plantão especial, foram 255, um aumento de 58,39%. Nos meses de novembro e dezembro do ano passado as ocorrências de prisão em flagrante passaram de média de 20 mensais, para 32 e 45, respectivamente, algo em torno de 57% em relação ao bimestre anterior (setembro, 23, e outubro, 26).

A Casa possui 10 delegadas e Plantão de Polícia especializado para atender às mulheres em situações de violência, tendo como diferencial o atendimento principalmente nos finais de semana e feriados que é quando as vítimas ficam mais expostas a algum tipo de violência. Para isso, conta com atendimento humanizado, com salas de acolhimento, recepção, atorga de passagens com acompanhantes, brinquedoteca e demais necessidades. Instrumento da combate e proteção das mulheres em situação de violência, a Casa de São Luís é a terceira do Brasil.

O sábado, domingo e segunda-feira, após o 8 de março, teve um aumento inesperado de mulheres procurando atendimento na Casa

Susan Lucena,
diretora-geral da Unidade



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA	() O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	() O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra	() A tarde	() Correio de Notícias	() O 4º poder () Internet / Blog
EDITORIA			
() Política	() Cidades / Vida	() Geral	() Polícia
		Outros	Caderno 2
DATA	23 / 03 / 2018	PÁG.	01
		() Gerada	() Espontânea () Positiva () Negativa

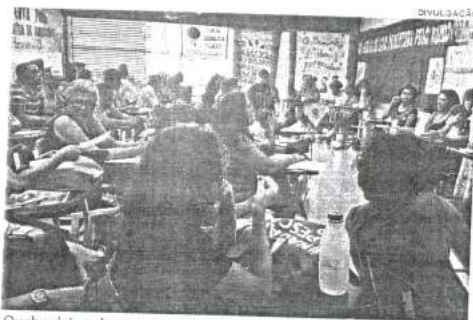
Fórum Alternativo Mundial da Água

Quebradeiras de coco do Maranhão denunciam violência e falta de acesso a recursos naturais

Evento aconteceu em Brasília, até ontem (22), tendo como principal objetivo denunciar o uso irresponsável da água pelas grandes corporações

A dificuldade do acesso à água e aos babaçuais devido à presença das cercas elétricas, na Baixada Maranhense, a tentativa de homicídio sofrida por Francisca Nascimento, coordenadora geral dos Movimentos de Quebradeiras de Coco Babaçu do Brasil (MIQCB), no Piauí, e as constantes agressões e ameaças sofridas pelas quebradeiras de coco babaçu foram denunciadas durante o Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama), em Brasília, nesta semana. Os relatos foram feitos pela quebradeira de coco maranhense Maria de Jesus Ferreira Bringelo, Dona Dijé, uma das fundadoras do MIQCB e atual coordenadora da regional do Mearim, no Maranhão. De fala mansa e com extrema sabedoria de quem vivencia há décadas a luta pelo território, água e pelos direitos das mulheres negras e quebradeiras de coco babaçu, Dona Dijé chamou atenção para a situação gritante da violência sofrida por milhares de mulheres trabalhadoras extrativistas.

“As mulheres das águas, das florestas e dos campos são ainda mais vulneráveis; pois, a violência chega muita das vezes pelas mãos daqueles que têm a obrigação de nos proteger”, ressaltou. Durante sua participação no Fama, Dona Dijé denunciou a ameaça mais recente sofrida por uma quebradeira de coco babaçu, no Piauí. No início do mês, a coordenadora geral do MIQCB, Francisca Nascimento, sofreu uma tentativa de homicídio em represália por liderar as comunidades do seu município para a reconstruírem a represa Santa Rosa, na região dos Cocais no Piauí. Na ocasião, Dona Dijé apresentou um vídeo com o depoimento de Francisca Nascimento sobre o atentado e mostrando imagens da represa de água já recuperada, beneficiando mais de 20 comunidades. “É por meio da união das comunidades e povos tradicionais que conquistamos os nossos direitos”, enfatizou Dijé.



Quebradeiras de coco maranhenses participam do Fórum Alternativo Mundial da Água, em Brasília

Fórum Alternativo Mundial da Água

O Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama) foi realizado em Brasília, no período de 17 a 22, deste mês. O evento é organizado por movimentos populares do campo e da cidade em oposição ao Fórum Mundial da Água. O objetivo do Fama é denunciar a maneira irresponsável da utilização da água pelas grandes corporações e chamar a população para participar do processo, principalmente aqui no Brasil, onde tem um grande número de concentração de água. O Brasil concentra 12% de

toda a água doce do mundo e é o maior detentor deste recurso natural. Não à toa, grandes empresas que têm como fonte de renda a distribuição de água, recorrem ao Brasil para garantir sua produção. Por outro lado, mais de 48 milhões de brasileiros ainda são afetados por secas e estiagens e outras 34 milhões de pessoas não têm acesso à rede de abastecimento de água potável, segundo dados do relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos da Agência Nacional das Águas, a ANA.

Sobre os Movimentos de Quebradeiras de Coco Babaçu

A entidade representa mais de 350 mil quebradeiras de coco babaçu em todo o país. Fisicamente, o MIQCB está presente em quatro estados: Maranhão, Pará Piauí e Tocantins, onde cerca de 80% das quebradeiras não possuem a posse ou o domínio da terra. Pela

Constituição Federal, por serem comunidades tradicionais, elas têm o livre acesso aos babaçuais, pois, utilizam o babaçu para sobrevivência em regime de economia solidária e familiar. O movimento luta por esses direitos. O MIQCB atua nas seguintes

regiões e municípios:
• Maranhão: regionais Baixada Ocidental, Imperatriz e Mearim/Cocais (27 municípios/1.700 famílias envolvidas).
• Tocantins: Regional Bico do Papagaio (12 municípios/250 famílias).
• Piauí: Regional

Cocais/Esperantina (11 municípios/680 famílias);
• Pará: Regional Sudeste Pará/ Araguaia (4 municípios/230 famílias).
• Totalizando 4 estados, 6 regionais, 54 municípios e em torno de 2.900 famílias envolvidas diretamente.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros **Caderno 2**

DATA 23 / 03 / 2018 PÁG. 01 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Após denúncias e ocupação do Iterma, governo reinicia Operação Baixada Livre

A regional da Baixada do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu acompanha de perto a retirada das cercas eletrificadas dos campos alagados e babaçuais do território quilombola de Sesmária do Jardim, no município de Matinha, a 240 Km de São Luís. A Operação Baixada Livre foi reiniciada na última semana, após quebradeiras de coco e quilombolas ocuparem a sede do Instituto de Terras do Maranhão (no último dia 6 deste mês) para exigirem do Estado a retirada das cercas elétricas e maior celeridade na regularização do território quilombola, cujo processo arrastase desde 2010 em uma área que reúne 11 comunidades e mais de 150 famílias remanescentes quilombolas. A decisão e atitude do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu do Brasil conduziram a retornos

que envolveram várias secretarias do Estado do Maranhão. Um documento com o cronograma de atividades para a regularização fundiária foi apenas um dos compromissos assumidos pelo governo, neste caso, por meio do Iterma. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), representada pelo secretário adjunto, Guilherme Braga, cumpre a promessa de retirada das cercas irregulares instaladas nas áreas de proteção ambiental, o que inclui os campos naturais. Já a Secretaria de Estado da Segurança Pública assumiu o compromisso de apurar as denúncias de pessoas das comunidades que sofrem com agressões ameaças de morte pelos fazendeiros, já formalizada desde 2016. O Iterma entregou um documento esclarecendo um passo a passo do processo de regularização fundiária e a



Moradora de comunidade quilombola, na Baixada, acompanha retirada de cerca eletrificada

Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular coordena todas as ações. "Vamos acompanhar de perto todo trabalho desenvolvido, pois, queremos a regularização do

território, a retirada das cercas e a retirada dos intrusos que é o que impede de juntar o babaçu, ir ao campo para fazer a roça, ou seja, nos impedem de trabalhar", afirmou dona Maria do Rosário

Costa Ferreira, coordenadora regional do MIQCB. A luta pelo acesso livre ao território, aos bens naturais, como os campos e babaçuais, é uma luta do Movimento com o apoio da União Europeia e da ActionAid.

OPERAÇÃO BAIXADA LIVRE

A Operação Baixada Livre continua derrubando as cercas e apreendendo os mourões, arames e cabos que isolam grandes partes dos campos alagados do território quilombola de Sesmária do Jardim, no município de Matinha. Essas cercas restringem o deslocamento dos remanescentes de quilombos moradores do território e durante as fiscalizações foi constatada a eletrificação dos arames, gerando diversos acidentes e pondo em risco a vida dos moradores. A ação, na

primeira etapa, foi concentrada na comunidade quilombola Bom Jesus, onde foram removidas e inutilizadas mais de 3,5 km de cercas colocadas por quatro grandes latifundiários da região. As cercas impedem os moradores de pescarem nos campos, de coletarem o babaçu e de terem qualquer área agricultável, isto é, de terem a liberdade de utilizar os recursos naturais. A retirada das cercas significa dar o direito de ir a vir a todos que residem no território. A Operação Baixada Livre, no município de Matinha, é uma ação de Estado, com a participação das Secretarias de Meio Ambiente, Direitos Humanos e Participação Popular, Igualdade Racial, Agricultura Familiar, Iterma, Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros, Batalhão de Polícia Ambiental e apoio da Cemar.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 23 / 03 / 2018 PÁG. 03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Maranhão tem menor índice de homicídios do país, afirma G1

Levantamento publicado nessa quinta-feira (22) pelo portal de notícias G1 aponta o Maranhão como um dos estados que menos registraram Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) – que incluem os homicídios, latrocínios (roubo seguido de morte) e lesão corporal seguida de morte –, em janeiro de 2018.

O levantamento faz parte do Monitor da Violência feito por meio de parceria entre o Portal G1, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Este Monitor afirma que o “Brasil teve no ano passado 59.103 vítimas assassinadas – uma a cada 9 minutos, em média”, segundo dados oficiais dos 26 Estados e do Distrito Federal.

Levando em consideração o mês de janeiro deste ano, o Maranhão contabilizou 42 crimes violentos, registrando uma taxa de 0,60 no índice por 100 mil habitantes, número que colocou o Maranhão entre os Estados que menos registraram casos desse tipo. Ouvido pelo G1, o secretário de Segurança, Jefferson Portela, analisou o quadro nacional da violência. “Entre os quadros que mais matam no país, estão

os grupos ligados ao tráfico de drogas, conhecidos como facções criminosas e os grupos de extermínio. Essa é a prática nas últimas décadas mais forte em relação à produção do número de mortes em nosso país e é algo que precisa ser analisado por todo sistema nacional de segurança pública”, analisa Portela, que também é presidente do Colégio Nacional de Secretários Estaduais de Segurança Pública (Conseps).

COMPARAÇÃO

Ainda segundo o portal, o Brasil teve 59.103 pessoas assassinadas no ano passado, totalizando um aumento de 2,7% em relação ao ano anterior e registrando o aumento da taxa de mortes por 100 mil habitantes em 28,5. Entre os estados, o Ceará é o que teve o maior crescimento de mortes tanto em número absoluto, com 1.677 mortes a mais em um ano, como em percentual, chegando a 48,5%. Já o Rio Grande do Norte é o que tem a maior taxa de mortes, totalizando 64 a cada 100 metros.

A taxa do Maranhão foi a menor do país, entre os Estados que forneceram as estatísticas, registrando 0,60 CVLIs por mil habitantes em janeiro deste ano. Se comparado os anos de 2014

– último ano da gestão passada – com 2017, o Maranhão teve redução de 30,6, em 2014, para a atual 27,8 do último ano, segundo a SSP.

AVANÇOS NA SEGURANÇA

Entre os avanços alcançados nos últimos três anos na redução dos índices de criminalidade do Maranhão, Jefferson Portela detalha as principais medidas. “Iniciamos essa gestão fazendo levantamentos mensais de homicídios em todas as áreas e conseguimos identificar os pontos mais críticos, e foi lá onde começamos a agir com mais ênfase”, detalha. “Entre os resultados disso, temos avanços como os 52 dias sem homicídios na Cidade Operária, 40 dias sem morte no Maiobão e os 100 dias na Raposa, isso em áreas antes conhecidas pelos altos índices de homicídios. Então, temos situações resolvidas com a interpretação de dados e a forte atuação das polícias militar e civil, trabalhando integradamente”, afirma o secretário. “Além de todos os investimentos em novas viaturas, novos policiais, armamento e muitos outros, nós tivemos a criação da

Superintendência de Homicídios, que por meio da Delegacia Móvel usa a plataforma ArcGIS, que ajuda a georreferenciar as ocorrências de forma online, coletando dados do crime no local, além de ouvir testemunhas. Isso fez com que nossa taxa de identificação de autoria seja de 47%, ainda no local do crime”, completa Jefferson.

REDUÇÃO DE CVLIS

Um recente levantamento da SSP aponta que, comparando 2014 com 2017, o Maranhão teve uma redução de 12% nos casos de CVLIs, saindo da taxa de 30,6 em 2014 para 27,8 em 2017, resultando em 153 vidas salvas em todo o estado. Jefferson Portela também afirma que a soma das inovações tecnológicas com o empenho do sistema de segurança tem como principal resultado a tendência de queda dos Crimes Violentos Letais Intencionais no estado. “E nisso, ainda temos o combate ao subregistro dos casos, já que o Governo anterior não tinha um banco de dados desses crimes em 100% dos municípios. Além disso, temos uma redução de 40% de homicídios em 2017, na comparação com 2014, na Grande Ilha”, frisou o secretário.

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

(X) O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia Outros

DATA 23 / 03 / 2018 PÁG. 07 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Polícia Civil reabre inquérito do assassinato de Décio Sá

Investigações, que foram reabertas a pedido da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, ocorrem sob sigilo, mas nos primeiros depoimentos, já teria mostrado mais pessoas envolvidas, que não estavam no inquérito original

DANIEL LÔNIOR
Do equipe de O Estado

A Superintendência de Investigações Criminais (Seic) destruiu o inquérito policial que investiga a morte do jornalista Décio Sá, assassinado a tiros no dia 23 de abril de 2012, e já teria descoberto mais pessoas envolvidas no crime. As investigações ocorrem sob sigilo. Por diversas vezes, O Estado fez contato com a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão para coletar informações, mas não obteve resposta.

O inquérito foi reaberto a pedido da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado. De acordo com um docu-

mento publicado pelo blog do Neto Ferreira, num dos trechos, um dos depoentes, José Raimundo Chaves Lôniôr, o Júnior Bolinha, cita os nomes de diversos políticos, magistrados e autoridades, inclusive os que fizeram parte das primeiras investigações, como participantes da trama.

Como não estavam incluídas no inquérito original, essas informações estão sendo recebidas pelos investigadores do DCCO como fatos novos. O chefe do Grupo de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, promotor Marco Aurélio Rodrigues, teve o nome citado em um depoimento.

Interrogado em 19 de janeiro no Departamento de Combate ao

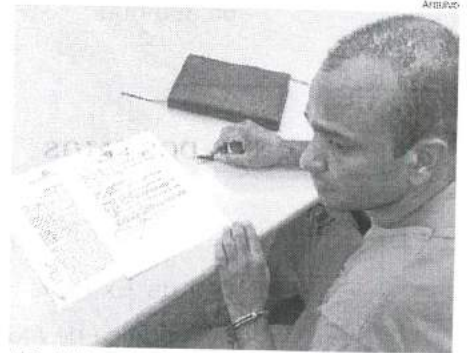
Crime Organizado (DCCO), órgão subordinado à Seic, José Raimundo Sales Chaves Júnior acusou o chefe do Gaeco de ocultar - para favorecer alguém - um depoimento extremamente importante prestado na cidade de Santa Inês por Eduardo Lira, que fez acusações gravíssimas e não foram juntadas ao inquérito. "O promotor Marco Aurélio não juntou o real depoimento nos autos", diz trecho do depoimento, que também cita o nome do juiz Márcio Brandão.

A acusação contra o promotor configura, segundo o depoimento, crime de corrupção ativa e prevaricação, que é cometido por funcionário público quando, indevidamente, este retarda ou deixa de

praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição legal expressa, visando satisfazer interesse pessoal.

O crime

O jornalista de O Estado, Aldemir Décio Leite de Sá, de 42 anos, foi assassinado com seis tiros de pistola poro 40 na noite do dia 23 de abril de 2012 na Avenida Ipiranga, em São Luís. Décio foi morto por Ithonadran de Sousa Silva, que está preso, executor agenciado por José Raimundo Sales Chaves Júnior, o Júnior Bolinha, comandado pelos empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho - pai de Gláucio -, incomodados com as denúncias feitas do "Blog do Décio".



Júnior Bolinha, em depoimento, teria citado nomes de envolvidos



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
		<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
			Outros
DATA	23 / 03 / 2018	PÁG.	07
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Situação de mãe que jogou bebê de ponte preocupa sua família

Justiça não aceitou laudo de clínica particular sobre situação psiquiátrica de Karla Regina e pede avaliação do Nina Rodrigues, que será quarta-feira

O laudo médico emitido por uma clínica particular na quarta-feira, 21, comprova que Karla Regina Mendes Pereira, de 23 anos, a mãe que jogou o seu filho da Ponte do São Francisco, em São Luís, domingo, dia 18, sofre de transtornos mentais. Além do laudo, um documento da insólita, na qual a mulher esteve internada quatro vezes, atesta os internamentos, inclusive com datas, a última de 19 de janeiro a março do ano passado. Só que a Justiça não aceitou os documentos e solicitou uma perícia no Hospital Psiquiátrico Nina Rodrigues, que deve ser realizada na próxima quarta-feira.

Familiares de Karla Regina estão apreensivos e preocupados com a situação em que ela se encontra na penitenciária feminina de Pedrinhas. Eles reclamam que ela necessita de cuidados psi-



Karla Regina permanece presa

quiquiátricos e de seus remédios controlados. "Ela permanece presa em Pedrinhas sem acompanhamento psiquiátrico e tomando remédios que a família não sabe a procedência. Lá na cadeia tem cli-

nico, mas não tem psiquiatra", relatou Dayane de Matos Pereira, irmã de Karla Regina.

De acordo com a família, a Justiça não está aceitando os documentos da clínica na qual Karla Regina ficou internada. A Justiça solicitou uma perícia médica para ser realizada no Hospital Psiquiátrico Nina Rodrigues, prevista para quarta-feira. "Ela tem problemas mentais e não pode ficar sem assistência. Apresentamos todos os documentos na delegacia responsável pelo inquérito. Ela precisa de acompanhamento. O clínico geral que tem em Pedrinhas não tem como avaliar a saúde mental dela. A nossa preocupação é de ela ter um surto. Ela atirou a criança da ponte em um momento em que ela estava sem medicamentos", ressaltou Edson da Silva, cunhado de Karla Regina.

Em nota divulgada no último dia 19 de março, a Secretaria de Segurança Pública (SSP-MA) esclareceu que os exames serão realizados para atestar a sanidade mental de Karla Regina Mendes Pereira, que serão anexados ao inquérito policial. Porém, somente ontem a data foi marcada. Karla Regina Pereira Mendes está na Unidade Prisional Feminina (UPPFEM) de São Luís.

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária ressaltou que, a exemplo de qualquer caso em que haja a necessidade de espera pela confirmação de lau-

23 anos, foi presa em flagrante no último domingo por tentativa de homicídio contra seu filho, um bebê de 7 meses, após arremessá-lo da Ponte do São Francisco para o rio Anil, em São Luís. Em depoimento, a mulher afirmou sofrer de transtornos mentais e que faz uso de remédios controlados. Ela permanece presa na Unidade Prisional Feminina (UPPFEM), em Pedrinhas. O caso está sendo investigado pela Delegacia de Proteção à Criança e ao adolescente.

O bebê Thayler Liege Mendes Barros passou por exames, mas não foi constatada nenhuma lesão grave, apenas um hematoma nas costas por causa do impacto da queda. O estado de saúde dele é estável e aguarda um posicionamento do Ministério Público e do Conselho Tutelar para ser libertado do Socorrão I, onde está internado. Os familiares de Karla Regina já se dispuseram a receber a criança.

Nota

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) afirma que não procede a falsa notícia de que a Unidade Prisional de Ressocialização Feminina (UPPFEM) estaria administrando medicações de forma deliberada a Karla Regina Mendes Pereira, de 23 anos, presa na tarde de domingo, 18, pela tentativa de homicídio

contra o filho de sete meses.

A gestão prisional, que conta com suporte médico 24 horas, por meio de duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) dentro do Complexo Penitenciário São Luís, esclarece que prescreve as medicações adequadas e aguarda do Hospital Nina Rodrigues (INR) a perícia médica, de modo que a Justiça decida o destino da interna.

Por fim, a gestão penitenciária acrescenta que jamais faria a administração indiscriminada de qualquer medicamento, sem que a própria família, por meio de laudos periciais, solicitasse formalmente à administração prisional, cujo dever é zelar pela integridade física, moral e psicológica de seus custodiados, conforme determina a Lei de Execuções Penais (LEP).

Avaliação será realizada na quarta-feira

19 de março de 2018

19 de março de 2018

19 de março de 2018

Entenda o caso

Karla Regina Mendes Pereira, de

NA WEB

Polícia Militar combate furtos na Liberdade
oestadoma.com/443542

Mais notícias de Polícia em oestadoma.com.br

Mulher sofre sequestro relâmpago em São Luís
oestadoma.com/443557

Mais notícias de Polícia em oestadoma.com.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia	Outros
DATA	23 / 03 / 2018	PÁG.	07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

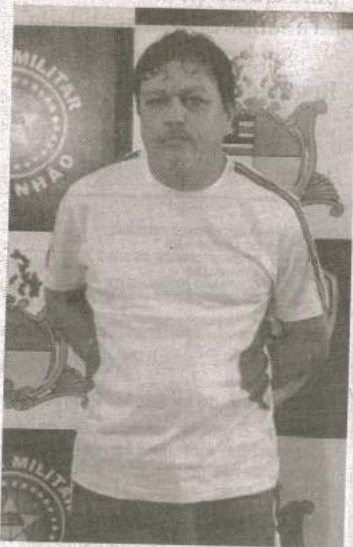
CASO GIRLENE

Ex-marido não se arrepende

Sem remorsos, frio e calculista. É este o perfil de Gutemberg Bezerra, o Guto, acusado de ter esfaqueado a ex-mulher 18 vezes numa tentativa cruel de feminicídio no dia 23 de fevereiro, em Paço do Lumiar. De acordo depoimentos prestados à Polícia, o acusado "já tinha pedido muito para Deus arrependimento, mas não conseguiu".

Gutemberg foi capturado na última terça-feira, dia 20, escondido na casa de um parente no Ceará. Sem demonstrar sentimentos, confessou à Polícia ter cometido o crime. Quando questionado pela delegada Viviane Azambuja, do Departamento de Feminicídio da SHPP, sobre o impacto causado na vida de Girlene e do filho de 14 anos, disse: "É. Pro meu filho agora eu sou um monstro".

O adolescente, fruto do relacionamento, está muito abalado, de acordo com a família. "Ontem que a ficha caiu pra ele,



Gutemberg foi preso no Ceará

quando viu o pai sendo preso. Chorou muito. A gente vai até levar ele pro psicólogo, porque ele tá muito abalado", disse Girlean Araújo, irmã de Girlene.

Segundo Azambuja, o único resquício de arrependimento que o criminoso demonstra



Ontem que a ficha caiu pra ele, quando viu o pai sendo preso. Chorou muito. A gente vai até levar ele pro psicólogo, porque ele tá muito abalado

Girlean Araújo,
irmã de Girlene

é relacionado à sua prisão. "Até então, ele estava muito tranquilo", informa a delegada. Ainda nesta quinta-feira, 22, Gutemberg prestará novo depoimento à Polícia. O criminoso encontra-se no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O ESTADO DE GIRLENE

Segundo a família, Girlene tem mostrado melhoras apesar da gravidade do ocorrido e das cicatrizes. Consciente do que aconteceu, a sobrevivente está sob cuidados de familiares. "Ela vai voltar a trabalhar, recuperar tudo e seguir a vida", informa a irmã, Girlean. Para os parentes de Girlene, fica a esperança de justiça. "A gente espera que ele pague pelo que ele fez com a minha irmã. Ele vai ter que pagar. Mas, ao mesmo tempo, a gente ficou triste, porque ele conviveu com a gente 14 anos. Ele não teve remorso não", aponta Girlean.

FORAGIDO

Enquanto foragido, Gutemberg ficou escondido na casa de um parente, no Ceará. De acordo com a delegada Azambuja, as informações dadas pelo parente que cometeu o delito de favorecimento pessoal, era de que ele (Gutemberg) havia atropelado uma pessoa no Maranhão, e por isso havia fugido. "Esse senhor que estava escondendo ele tem quase 80 anos de idade, e nem sabia direito o que o Gutemberg tinha feito. Ele achava que ele tinha atropelado uma pessoa aqui no Maranhão", informa a delegada. A Polícia Civil do Ceará está em posse das informações, e decidirá se o senhor responderá pelo delito. No decorrer das investigações, surgiram informações de que o então suspeito de ter cometido o crime havia ido até o condomínio de Girlene, em Paço do Lumiar. Ele teria sido reconhecido por vizinhos, mesmo estando supostamente numa moto e de capacete. As informações, no entanto, não foram confirmadas pelo Departamento de Feminicídio.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política (X) Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	
DATA	23 / 03 / 2018	PÁG.	02 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Polícia ocupa Liberdade e Camboa

Operação com mais de uma centena de policiais teve como objetivo averiguar a região após tiroteio nos bairros na última terça-feira

DOUGLAS CUNHA

Uma operação envolvendo cerca de uma centena de gentes das polícias Civil e Militar aconteceu desde as primeiras horas da manhã de ontem, no eixo Camboa-Liberdade. Desde as 5h, os policiais ocuparam todas as vias de acesso aos bairros da Liberdade e Camboa, a partir do acesso à Avenida Quarto Centenário, onde todos os veículos, que por ali passavam, eram abordados por policiais do Batalhão de Policiamento Rodoviário.

A Polícia Militar fechou os acessos ao bairro da Liberdade. Os policiais ficaram postados em pontos estratégicos e viaturas realizaram rondas. Um helicóptero do Centro Tático Aéreo deu apoio à tropa, orientando as movimentações pelas ruas dos dois bairros à caça de elementos em conflito com a lei.

Esta operação aconteceu dois dias após acirrado tiroteio que tirou o sossego dos moradores da Camboa e Liberdade, quando membros de uma facção criminosa invadiram a região e fizeram disparos a esmo, desafiando membros de facção rival que dominam os dois bairros. O tiroteio aconteceu na tarde da última terça-feira. Um grupo armado percorreu as ruas dos bairros fazendo disparos, obrigando os moradores a se esconderem para não serem atingidos pelas balas dos criminosos.

Na operação de ontem, a polícia prendeu três homens



Número de presos na Operação



que foram encaminhados para a 8ª Delegacia Distrital (na Liberdade), por ter em seu desfavor mandados de prisão em aberto pelos crimes de homicídio e tráfico de drogas.

Um outro homem foi preso porque estava em uma motocicleta roubada e havia retirado a tornazeleira eletrônica, que tinha que usar por determinação da Justiça desde que deixou o Sistema Penitenciário, beneficiado com liberdade provisória há três meses.

Também foi conduzida a mulher Valdirene Pereira, conhecida como "Val", e sua filha de 18 anos, para a Superintendência Estadual de Investigações Criminais - Seic, para serem interrogadas, visto serem suspeitas de tráfico de drogas e envolvimento com os atos de violência ocorridos. Val responde a vários processos na Justiça por envolvimento com o narcotráfico.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog	
EDITORIA	
() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia	Outros
DATA	23 / 03 / 2018
PÁG.	2
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Operação Veloster

Grupo que assaltava mototaxistas e roubava veículos é apresentado na SSP

Emanuel da Silva Mendes, Harrison de Melo da Silva Filho, o "HS"; Ramon Costa de Assunção e Daniel Pereira foram apresentados na Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), nessa quinta-feira (22). O grupo é investigado, de acordo com a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), por assaltar mototaxistas e roubar veículos na região metropolitana de São Luís. Titular da DRFV, o delegado Jeffrey Furtado disse que os suspeitos foram capturados em cumprimento a mandados de prisão preventiva, durante a

"Operação Veloster", deflagrada na quarta-feira (21). Ramon e Daniel, somente em uma semana, teriam roubado três automóveis na Grande São Luís; e, ainda, levaram pertences de transeuntes que encontraram pelo caminho, quando fugiam. Na residência de Ramon, os policiais encontraram uma quantidade de maconha e uma faca. Com relação a Emanuel e Harisson, foi revelado pelo delegado Felipe Guedes, igualmente da DRFV, que atacavam mototaxistas na região metropolitana. Outro preso nas ações foi Charliison Rodrigues

Roland, o "Cara de Alce", que já estava encarcerado na Unidade Prisional de Ressocialização de Pinheiro, mas o mandado de prisão foi cumprido após contato com a Delegacia Regional de Pinheiro. A operação contou com o apoio da Delegacia Regional de Pinheiro e a Seccional Oeste. Na entrevista coletiva, também estiveram presentes o delegado Breno Galdino, titular da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), e a delegada Adriana Amarante, subdelegada-geral de Polícia Civil.

(NELSON MELO)



Ramon, Daniel, Emanuel e Harisson, quando eram apresentados à imprensa, na Secretaria de Segurança

Caminhoneiro é encontrado morto dentro de caminhão na MA-006

Um motorista foi encontrado morto dentro do caminhão no qual trabalhava, na noite de quarta-feira (21), na MA-006, que liga as cidades de Balsas e Fortaleza dos Nogueiras, no sul do Maranhão. Mariocir Rigo, de 56 anos, como foi identificado, apresentava um disparo de arma de fogo no peito. No para-brisas do veículo, também há perfurações abertas por tiros. Como relatou a polícia, o motorista estava no caminhão da empresa Transporte Rigomar, da cidade de Mondaí, em Santa Catarina, sendo que ele era proprietário do empreendimento. Alguns pertences da vítima foram levados pelos autores dos disparos, como celular e dinheiro, segundo outros caminhoneiros disseram aos policiais militares que estiveram no local do assassinato. A Polícia Civil está investigando o caso. (NM)

Liberdade é ocupada após confronto entre facções

As polícias Civil e Militar realizaram uma operação nos bairros da Liberdade e Cambóa, na capital maranhense, durante essa quinta-feira (22), efetuando a prisão de membros de facções criminosas que, dois dias antes, se enfrentaram no meio da rua. Entre os presos está Valdirene Pereira, conhecida como "Val", que seria líder do Comando Vermelho (CV) na região. Segundo relatado pelo coronel Marques Neto, chefe do Comando de Missões Especiais (CME), a operação, que foi denominada de "Saturação", começou logo de madrugada, por volta das 5h, e contou com a participação de aproximadamente 100 policiais, entre civis e militares. Essas equipes atuaram por terra, enquanto outra do Centro Tático Aéreo (CTA) sobrevoava o local, embora também tenham atuado com os policiais nas abordagens a veículos. Carros, motos e até bicicletas

eram revistados pelos policiais, que foram coordenados pelo CME. No decorrer das abordagens, três foragidos da Justiça, sendo dois identificados como Anderson Borges Frazão, de 29 anos (procurado por tráfico de drogas); Ederson da Silva Rocha, 31 (procurado por homicídio) e Paulo Cicero Marques da Silva (flagrado com uma moto roubada) foram capturados. As equipes os levaram ao 8º Distrito Policial (DP), Liberdade. Sobre Paulo Cicero, ele foi detido quando tentava sair do bairro na motocicleta, sendo que deveria estar portando tornozeleira eletrônica, tendo em vista que foi solto há 10 meses da cadeia. Ainda durante a operação, foi detida Valdirene Pereira, assim como sua filha, por integrarem o CV, sendo que "Val" assumiu a liderança da facção após o assassinato do marido dela, Daniel Almeida dos Santos, 30, o "Danielzinho", morto a tiros

no dia 15 de dezembro de 2016, no Jardim Renascença, em São Luís. As duas foram apresentadas na Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). Outro homem preso foi Alex da Silva Costa, que foi flagrado na Liberdade com uma pistola ponto 40, igualmente tendo sido encaminhado à Seic.

CONFRONTO ENTRE FACÇÕES

Em pleno meio-dia de terça-feira (20), membros do Bonde dos 40, portando armas de fogo, invadiram a Liberdade, para retomar a área perdida no ano passado para o Comando Vermelho. Um dos alvos dos criminosos era justamente "Val", segundo informações obtidas pelo **Jornal Pequeno**.

Nessa invasão, os integrantes do CV reagiram também com disparos de arma de fogo, iniciando um tiroteio intenso, em uma via do bairro. (NM)



Valdirene, que seria líder do Comando Vermelho, foi presa durante ocupação da Liberdade